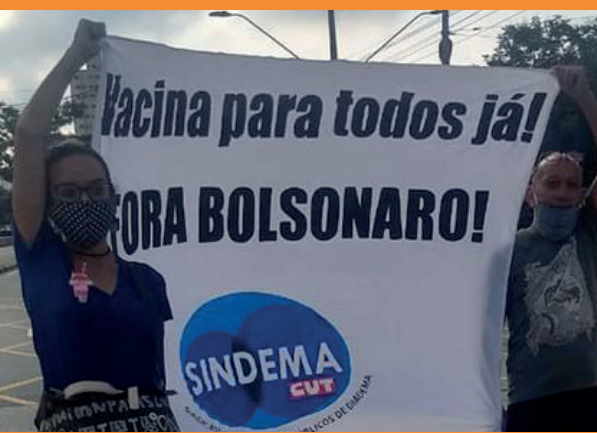


EM DEFESA DA VIDA, DAS/OS SERVIDORAS/ES E DO SERVIÇO PÚBLICO!



SÓ A ORGANIZAÇÃO E A LUTA GARANTEM CONQUISTAS!

CALENDÁRIO DE PLENÁRIAS SETORIAIS E ASSEMBLEIA GERAL PARA DEBATE E APROVAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL 2021

PLENÁRIAS SETORIAIS, SEMPRE ÀS 18h30, PELO APLICATIVO ZOOM

- | | | |
|--------------------|---|--|
| 4
MARÇO |  | ESPORTE E CULTURA |
| 9
MARÇO |  | DEFESA SOCIAL E TRANSPORTE |
| 11
MARÇO |  | SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR |

- | | | |
|--------------------|---|--|
| 17
MARÇO |  | DEMAIS SECRETARIAS (HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO, COMUNICAÇÃO, GOVERNO, IPRED, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE) |
| 19
MARÇO |  | EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO FLORESTAN FERNANDES |

ASSEMBLEIA GERAL DA CAMPANHA SALARIAL 2021



25/03 (QUINTA-FEIRA), ÀS 18H30, PELO ZOOM

Acesse o link no site do Sindema: www.sindema.org.br

EDUCAÇÃO SE MOBILIZA E RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NA REDE MUNICIPAL É ADIADO PARA 05 DE ABRIL



No dia 10 de fevereiro, um grupo com cerca de 60 pessoas participou de uma plenária virtual organizada pelo Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema para discutir sobre aulas remotas e retorno às aulas presenciais na rede municipal.

Um dia antes da plenária, por meio de comunicado oficial da Secretaria de Educação, as professoras e professores foram informados que aulas presenciais marcadas para início em 1º de março foram adiadas para o dia 05 de abril.

Na plenária, os servidores avaliaram que o adiamento do retorno às aulas presenciais foi uma importante vitória da luta, da mobilização e da pressão do funcionalismo, do sindicato e dos movimentos sociais. E reafirmaram o compromisso com a defesa da vida e a continuidade da luta contra o retorno às aulas presenciais em meio à pandemia da Covid-19.

PLENÁRIA APROVOU REIVINDICAÇÕES QUE JÁ FORAM PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Dentre as reivindicações aprovadas na plenária deste dia 10 de fevereiro e enviadas para a Secretaria de Educação estão: a participação das trabalhadoras e trabalhadores no processo de discussão e construção dos protocolos para o retorno às aulas presenciais através de representação eleita por escola; e a constituição de comissão de representantes dos trabalhadores para junto com a CIPA, CEREST e SINDEMA realizar vistoria nas escolas.

A categoria também exigiu o cumprimento dos artigos nº 130 e nº 131 do Estatuto do Magistério e a retomada imediata do pagamento da gratificação regência (conhecida como pó de giz); fornecimento dos recursos tecnológicos necessários para alunos e professorado assegurarem a qualificação do ensino remoto; apoio à luta pela vacina para todas e todos, em defesa do SUS, além da adesão e divulgação das campanhas regional e nacional promovidas pelas organizações sociais exigindo vacinação já.

Sindema exige da Prefeitura aplicação imediata do piso nacional das Agentes Comunitárias de Saúde e Agentes de Endemia

Depois de mais de 12 anos de luta, as Agentes Comunitárias de Saúde e Agentes de Controle de Endemias conquistaram o direito ao piso salarial nacional definido por lei federal e válido em todo o país. A Emenda Constitucional nº 63/2010 e a Lei Federal nº 13708 tratam desse direito e estabelecem que a partir de 1º de janeiro de 2021 os salários não podem ser menores que o valor de R\$ 1.550,00.

Como esse valor deveria valer a partir do primeiro dia do ano, o Sindema cobrou da administração do ex-prefeito Lauro Michels, em novembro de 2020, com tempo hábil, que adotasse medidas legais para que a lei fosse cumprida. Nada foi feito e as Agentes Comunitárias de Saúde e Agentes de Controle de Endemias continuaram a receber o salário base correspondente a R\$ 1.400,49.

Novo documento foi enviado pelo Sindicato para a administração municipal cobrando esse direito. Exigimos que a lei seja aplicada imediatamente em Diadema e que as Agentes Comunitárias de Saúde e Agentes de Endemia tenham direito ao piso nacional da categoria!

SINDICATO REIVINDICA PAGAMENTO DA INSALUBRIDADE NAS FÉRIAS

As servidoras e servidores que sempre receberam o adicional de insalubridade nas férias, de acordo com a lei municipal, foram surpreendidos pela suspensão desse pagamento sem aviso prévio, sem justificativa ou circular dando ciência nos últimos meses do governo do ex-prefeito Lauro Michels.

Em dezembro, o Sindema questionou a suspensão do pagamento pela administração e está analisando com o departamento jurídico a possibilidade de ingressar com uma nova ação na Justiça. O período de férias é considerado efetivo exercício do funcionalismo e os adicionais de insalubridade e periculosidade devem ser pagos nesse período. Queremos o pagamento da insalubridade nas férias de acordo com a lei municipal!

SINDICATO CONVERSA COM SERVIDORES



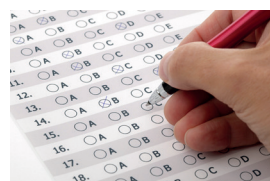
UBS Piraporinha



Hospital Municipal



Centro de Controle de Zoonoses



CONCURSO PÚBLICO: PREFEITURA ATENDE ANTIGA REIVINDICAÇÃO DO SINDEMA

A realização de concurso público foi pauta de debate e uma das reivindicações aprovadas no 1º Congresso do Sindema – realizado em 2019. Ao longo dos últimos anos, denunciávamos a terceirização e a precarização das relações de trabalho na Prefeitura de Diadema e travamos várias lutas para o ingresso de novos servidores por meio de concurso para substituir as trabalhadoras e trabalhadores que se aposentaram.

O ingresso de novas servidoras e servidores, por meio de concurso público, é fundamental para garantir a saúde financeira do IPRED, nosso Instituto de Previdência. As provas para alguns cargos do 40º Concurso Público da Prefeitura de Diadema foram realizadas nos dias 20. Já as provas marcadas para o 27 de fevereiro foram suspensas pelas medidas de contenção da pandemia e serão remarçadas. Agora é lutar para que todas e todos os aprovados ingressem o mais rápido possível nos quadros da Prefeitura!

VALE ALIMENTAÇÃO: CADA VEZ MENOS COMIDA NA MESA!



As trabalhadoras e os trabalhadores municipais da Prefeitura de Diadema sabem bem a dificuldade que estão passando para colocar alimentos na mesa de casa: sem reajuste desde 2019, o vale-alimentação que recebem é de R\$ 325,05, enquanto a cesta-básica na região do ABC custou, em média, R\$ 881,06 no final de janeiro deste ano, segundo apurou a Com-

panhia de Abastecimento Integrado de Santo André, com base no preço de 34 itens pesquisados nos supermercados da região.

No dia 17 de fevereiro, um jornal da região noticiou que “o morador do Grande ABC tem desembolsado neste início de ano, em média, 80% do valor do salário mínimo, hoje aos R\$ 1100, para comprar a cesta básica mensal”. Quando comparados os preços das prateleiras atuais e dos mercados em janeiro de 2020, chega-se à conclusão que hoje a classe trabalhadora gasta 30% mais para adquirir os mesmos produtos.

Segundo a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, a cesta-básica na cidade de São Paulo em janeiro deste ano custou R\$ 654,15, ou seja, os dois indicadores mostram que o vale-alimentação da Prefeitura de Diadema está defasado e não é suficiente para comprar nem a metade da cesta básica medida pelo DIEESE. A alta no preço dos alimentos tem impacto maior ainda para as famílias que recebem os menores salários e tem sido cada vez mais difícil colocar comida na mesa de casa.

QUEREMOS O PAGAMENTO DO VALE REFEIÇÃO PARA TODAS E TODOS SERVIDORES!

Embora mudanças nos hábitos de consumo tenham sido provocadas pela pandemia de coronavírus e a população tenha gastado mais com comida em casa, quem come fora de casa também percebeu no bolso que a alimentação está mais cara. O vale-refeição fornecido pela Prefeitura de Diadema apenas para cerca de 1200 servidoras e servidores, das referências salariais 1 até 5, é de apenas R\$ 8,46, totalizando R\$ R\$ 186,12 por mês. É preciso que o vale-refeição seja ampliado para todas e todos os servidores da administração municipal e que o valor do VR seja suficiente para pagar uma refeição e não apenas um PÃO NA CHAPA.



LEI 173/2020 - Congelamento de salários e benefícios em Diadema: Sindema vai recorrer da decisão da Vara da Fazenda Pública

O Sindema ingressou em setembro de 2020 com uma Ação Civil Coletiva questionando a resolução conjunta expedida pelo governo do ex-prefeito Lauro Michels, que determinou a aplicação das disposições da Lei Complementar nº 173/2020 ao município, causando prejuízos a todo funcionalismo.

A ação movida pelo Sindicato questiona a resolução por restringir direitos previstos na Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 08/1991 (Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema), como reajuste salarial e o cômputo do tempo para a concessão de biênio, quarta-parte e licença prêmio.

No entanto, o juiz de Diadema não concedeu decisão favorável à Ação Civil Coletiva do Sindicato, e, ao contrário, quando tomou sua decisão, extinguiu o processo sem julgar o seu mérito e condenou o Sindema ao pagamento das custas e honorários da ação.

O departamento jurídico do Sindicato está atuando para reverter essa condenação e recorrer da decisão no Tribunal de Justiça.

LC 173/2020 (Lei Federal de socorro aos Estados e Municípios)

- Determinou o congelamento da contagem de tempo para concessão dos biênios, quarta-parte e licença-prêmio até 31/12/2021;
- Proibiu qualquer reajuste ou adequação na remuneração;
- Proibiu a criação de cargos e alterações na estrutura das carreiras;
- Proibiu concursos públicos, exceto para reposições de servidores aposentados.

PROPOSTA DE ITENS PRIORITÁRIOS PARA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL 2021

Reposição da Inflação de 14,4% (estimativa da inflação acumulada no período de 2019 a 2021)



Pagamento de vale-alimentação de acordo com valor da cesta básica do DIEESE (cesta básica do DIEESE para a cidade de SP em janeiro/2021 – R\$ 654,15)



Adequação do piso salarial de R\$ 1.106,15 para R\$ 1.272,60 (referência 2) (extinção da referência 1 com enquadramento dos/as Agentes de Serviços de Cozinha I na referência salarial 2)



Reajuste no vale-refeição e pagamento para todos/as os/servidores/as



Reajuste de 12% no valor do subsídio do Convênio Médico e pagamento para todos os/as servidores/as, independente da adesão ao convenio médico oferecido pelo SINDICATO



BOLSONARO USA AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA ACABAR COM SERVIÇO PÚBLICO!

No ano passado, Bolsonaro condicionou a ajuda financeira no combate à pandemia para os municípios ao congelamento de salário e benefícios dos servidores públicos. Não bastasse isso, agora vem com nova chantagem: condicionar um novo auxílio emergencial ao fim dos recursos carimbados para Educação e Saúde, à redução e congelamento de salários e carreiras e proibição de concursos.

O governo e líderes dos partidos da base aliada acordaram que paralelamente a medida provisória do auxílio emergencial será apresentada uma proposta de ajuste fiscal unindo as Propostas de Emenda Constitucionais 'Emergencial e do Pacto Federativo', que visam a redução de direitos e o desmonte do Estado. Bolsonaro quer o novo auxílio emergencial seja apenas de três parcelas de até R\$ 250 e a redução do número de beneficiados de 68 milhões para 40 milhões de pessoas.

A oposição no Congresso Nacional, com o apoio das Centrais Sindicais e dos movimentos populares, quer R\$ 600,00 por no mínimo mais seis meses, sem condicionar o benefício à retirada de direitos dos servidores.

PEC DA EMERGÊNCIA FISCAL: VOCÊ VAI PAGAR A CONTA!

Com o objeto de reduzir os gastos com os servidores e com o serviço público nos momentos de crise e liberar verbas para investimentos e despesas de emergência, o ministro da economia, Paulo Guedes, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC186/2019 ou PEC da Emergência Fiscal) que, se for aprovada, poderá reduzir o salário dos servidores em 25%.

O texto prevê que, enquanto o governo estiver com "dificuldades de arrecadação", os municípios, estados e a própria União, ficarão proibidos de reajustar os salários dos servidores, realizar concursos públicos e promover servidores em suas carreiras.

A PEC da "Emergência Fiscal" afeta também diretamente a população, pois congela a realização de obras públicas, como construção de hospitais e escolas, e promove cortes nos recursos destinados a manutenção dos serviços públicos na saúde, educação, segurança pública, política de geração de emprego, habitação, cultura, lazer e esporte.

Seguindo a linha da EC 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais por 20 anos, o governo Bolsonaro aumenta os privilégios, preserva e garante o pagamento das dívidas públicas a bancos e ao sistema financeiro.

REFORMA ADMINISTRATIVA: OUTRO GOLPE CONTRA O FUNCIONALISMO

Para acabar com a estabilidade dos servidores, o governo quer aprovar a PEC nº 32/2020, conhecida como a PEC da Reforma Administrativa. A PEC não atinge os setores com maiores salários e que têm privilégios no serviço público: ficam de fora os magistrados, parlamentares e militares das Forças Armadas.

FIM DOS CONCURSOS PÚBLICOS, EXTINÇÃO DE CARGOS E FIM DAS GRATIFICAÇÕES!

Se for aprovada a Reforma Administrativa, o concurso como forma de ingresso na carreira pública dará lugar a outras formas de contratação como recrutamento amplo e a seleção simplificada.

A estabilidade será substituída pela "meritocracia"; ou seja, sua permanência no serviço público dependerá da avaliação das chefias, além disso a extinção de cargos e o fim de gratificações são outras consequências que afetarão futuros e atuais servidores.

A PEC ainda prevê a ampliação da terceirização e privatização do serviço público, aumento do controle sobre os servidores e de nomeações políticas.

SÓ A LUTA UNITÁRIA IMPEDIRÁ A DESTRUIÇÃO DO BRASIL! SERVIÇO PÚBLICO É VIDA! PRIVATIZAÇÃO É MORTE!

Acesse o site Na Pressão: http://bit.ly/na_pressao_pec186nao - e envie mensagens AGORA aos senadores pelo whats app, e-mail e redes sociais, pedindo que eles digam não à PEC 186! NÃO ao desmonte do Estado brasileiro!

Para exigir a volta de uma renda mínima para milhares de brasileiros e brasileiras durante a maior crise sanitária da história, vários atos estão sendo organizados pelos Sindicatos, Centrais Sindicais, Movimentos Populares e Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo que protestam contra os desmandos e as medidas genocidas do governo federal, reivindicam a vacina contra Covid-19 para toda população e o retorno às aulas presenciais só com vacinação em massa e exigem 'FORA, BOLSONARO!'. Vamos à luta! Fique atento à programação dos atos divulgados no site do Sindema e na página facebook@sindema.org. Participe! Sua presença fará toda diferença!



PARTICIPE DAS LUTAS E DAS LIVES DO SINDEMA!

03 de Março, às 19h, Debate / Live
"AS PECS E A REFORMA ADMINISTRATIVA".

10 de Março, às 18h30, Painel / Live
"AS MULHERES E AS REFORMAS"

EXPEDIENTE BOLETIM DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: Ritchie Soares Barbosa Martins (Presidente), Estela Baptista da Silva, Mara Neide Ferreira Linhares Hora, Shedd Pegáz, Ana Maria da Silva Santos, Kátia Cheli Kanasawa, Robson de Carvalho, Floripes de Aguiar Kikuti, Renilva Mota Ferreira, José Aparecido da Silva, Jandyra Massue Uehara Alves, Antônio Carlos Gonzaga, Roseli Aparecida de Souza, Maria Aparecida Alves Campos, João Evangelista Domingues, Ana Paula do Rosário Luiz, Leonarda Barbosa Luna, Celso de Oliveira Alves, Paulo Inácio de Faria, Daniel Gonçalves da Costa, Ana Lúcia Abreu, Maria Aparecida de Moraes Ribeiro, Adriana de Barros, Adriana Alves Luna. **Conselho Fiscal:** José Maria da Silva Pereira, Dário Felix da Silva, Zildete Mendes da Silva. **Suplentes do Conselho Fiscal:** Amauri Muniz de Freitas, Ondina Ribeiro Silva Souza, Geovânia de Lima

Edição: Denise Santos

Jornalista: Cadu Bazilevski (MTb 63816/SP)

Diagramação: Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.SINDEMA.org.br E-mail: secretariageral.SINDEMA@gmail.com